

## MEMÓRIA, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Cássia Moura\*  
Áurea Pinheiro\*

### Resumo

Nos limites deste texto, elegemos o patrimônio cultural como temática para pensarmos o ensino de História. No Brasil, as ações de educação patrimonial são realizadas em diferentes contextos e localidades. Essas ações têm mostrado resultados surpreendentes ao trazer à tona a auto-estima das comunidades, ao promover o desenvolvimento local e ao indicar soluções inovadoras de reconhecimento e preservação do patrimônio cultural das comunidades. Mostramos como o ensino de História permite a realização de ações educativas, que envolvam diretamente a rede escolar, e, indiretamente, as organizações da comunidade local, as famílias, as empresas e as autoridades responsáveis.

Palavras chave: Educação Patrimonial. Ensino de História. Patrimônio Cultural.

### Abstract

Within the limits of this text, we have chosen the theme of cultural heritage to reflect upon the teaching of history. In Brazil, heritage education is taught in various contexts and places. The teaching of it has shown surprising results and brought to light the self esteem of communities, promoted local development and has pointed to innovative solutions for the recognition and preservation of the cultural heritage of communities. We show how the teaching of history allows the development of educational measures, which directly involve the school network, and indirectly involve local community organizations, families, enterprises and responsible authorities.

Key words: Heritage Education. History teaching. Cultural Heritage.

[...] depois de ter lido três ou quatro mil descrições de batalhas, e o teor de algumas centenas de tratados, percebi que, no fundo, quase não estava mais instruído. Só apenas acontecimentos [...] (Voltaire, 1744)

Os professores de História, nas últimas décadas, têm experimentado mudanças significativas no cotidiano das salas de aula. Os educadores têm forjado novas perspectivas e possibilidades para o trabalho docente. Buscam saídas para uma realidade marcada pelo desencanto, para uma estrutura educacional que não os emociona.

Vivemos uma época marcada por transformações rápidas e profundas, em uma sociedade que valoriza a informação, o conhecimento e exige uma nova cultura profissional.

---

\* Fotógrafa, produtora cultural e membro do diretório de pesquisa/CNPq memória, ensino e patrimônio cultural

\* \* Historiadora, professora da UFPI e líder do diretório de pesquisa/CNPq memória, ensino e patrimônio cultural

Os educadores procuram trabalhar com temas, problemas, abordagens e metodologias capazes de atender às demandas emergentes de uma sociedade pós-industrial, com todas as suas implicações e complexidades.

Para Edgar Morin (2001), o pensamento dos educadores deve ser reformado, vez que se vive num contexto permeado por mudanças rápidas, tão rápidas que não conseguimos acompanhar o seu ritmo; momento de mudanças tecnológicas com suas interferências no cotidiano da família, da escola e da sociedade. Os indivíduos precisam perceber esses movimentos e criar formas de adaptação à cartografia que se desenha e que exige de pais, filhos e mestres uma leitura de mundo que não é a mesma de outros tempos.

Nesse contexto, observamos as dúvidas, inquietações e incertezas dos professores, mas, sobretudo, seus sonhos. Como educadores, resolvemos, nos limites deste texto, refletir sobre saberes, experiências e práticas possíveis de serem desenvolvidos no cotidiano da escola, e da sala de aula em particular, por acreditarmos que o educador deva estar, cotidianamente, avaliando suas práticas, desenvolvendo competências e construindo novas habilidades. É preciso termos mestres capazes de articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos que suscitem nos alunos competências e habilidades que lhes possibilitem serem leitores competentes do mundo em que vivem.

O movimento dos *Annales* (1929) trouxe mudanças significativas para o ofício do historiador e para a produção historiográfica, apontando novos objetos, novos problemas e novas abordagens (Burke, 1991). Para Marc Bloch (2002), a História nos oferece a possibilidade de compreender que somos possuidores de saberes culturais, de um acervo de conhecimentos, entendimentos, realizações, progressos, regressões, utopias, desencantamentos, que resultam da aventura que construímos nas inter-relações sociais. Portanto, ensinar História não pode ser uma atividade inocente, onde o professor informa sobre uma quantidade infinita de nomes, datas, causas e conseqüências, que não têm significado para os alunos. Logo, se o olhar de Clio mudou e voltou-se para outras questões e problemas, para outros campos e temas, nossa perspectiva de escrever e ensinar História deve ser outra, que valorize a cultura como um conjunto de significados a serem partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A realidade tornou-se mais complexa e aquilo que um dia foi norma, naturalizado como verdade, não é mais o que move as perguntas que nos fazemos hoje diante do real. Não buscamos mais nos documentos as verdades definitivas, não mais nos guiamos por leis e modelos que regeram a sociedade em outro tempo, mas vivemos uma época de dúvidas, de suspeitas. Caso não consigamos ver na História a possibilidade de compreendermos a nós mesmos e aos outros, de nada valerá o

nosso ofício, seja como historiador, seja como educador. Precisamos de um ensino de História que o aprendiz seja um sujeito capaz de propor, de questionar e, para isso, devemos repensar a nossa prática docente, inserir a pesquisa no cotidiano de nossas salas de aula, pois é pela elaboração do conhecimento por alunos e professores, de forma metódica, dialética e cotidiana que conseguiremos tornar o ensino de História mais agradável, mas interessante. Nesse cenário, a aula expositiva tradicional terá um papel coadjuvante, pois o indispensável será a orientação, o acompanhamento atento do professor das atividades de pesquisa desenvolvidas pelos alunos. Não queremos dizer com isso que as aulas expositivas devam ser suprimidas, mas repensadas, para fazermos a transposição do monólogo ao diálogo. A sala de aula deve ser compreendida como uma multiplicidade de espaços educativos, como lugar de investigação, de argumentação e organização do pensamento, onde alunos e professores possam usufruir de “novas tecnologias e linguagens”. Será muito difícil, a partir de agora, fazermos qualquer proposta para o cotidiano escolar sem considerar esse contexto, pois não acreditamos que a sociedade da informação solucionará todos os nossos problemas, e, nesse sentido, novamente, o grande desafio será inserir a pesquisa no cotidiano da escola, fazermos a reconstrução de uma construção já existente, partindo do que já está construído, do que está disponível, do conhecimento posto para, a partir dele, refazermos, elaborarmos, juntos, professores e alunos, um conhecimento novo, de qualidade.

Os professores devem compreender que os outros, os alunos, têm conhecimentos e habilidades, que devem ser considerados. Os aprendizes são produtores de cultura, de um conjunto complexo de saberes que, se acionados de forma competente, metódica, podem, professores e alunos, superar os desafios impostos pela sociedade do conhecimento. Os educadores devem considerar as falas, as propostas, as habilidades, as competências dos alunos.

Precisamos de um ensino de História que não nos afaste da imaginação, mas que nos faça reaprender a conviver e a dialogar com os outros, escutá-los com atenção analítica, mediar saberes. Precisamos de um novo sujeito do conhecimento, que reconheça o papel das tecnologias no contexto da sociedade da informação, mas que também compreenda a força das múltiplas criações, conservando e não destruindo, cooperando e não competindo, partilhando e não concentrando, incluindo e não excluindo, colocando a solidariedade no lugar da xenofobia, buscando a afetividade e a solidariedade.

Pensar o ensino de História nesse contexto é aprender a aprender, é criar possibilidades de saber, conhecer, fazer, viver junto e ser mais humano. Uma relação de ensino-aprendizagem em que todos construam e pensem a sala de aula como um lugar privilegiado

para se perceber tensões, mas, acima de tudo, um espaço onde se possa discutir e construir saídas de forma inteligente, criativa, planejada, e não um espaço onde o mestre faça as suas preleções e transmita conteúdos. Os mestres devem formar sujeitos criativos, aptos a lerem o mundo de forma competente e crítica.

Talvez não estejamos apresentando nenhuma novidade do ponto de vista teórico, mas o novo é propor que os professores de História repensem as suas práticas, por meio de atividades interdisciplinares, que indiquem metodologicamente as condições de possibilidades de comunicabilidade entre a História e as outras ciências. Seguindo a trilha proposta por Edgar Morin (2001), precisamos aprender a religar a parte e o todo, o texto e o contexto, o global e o local, o universal e o planetário. Precisamos de um professor de História que não seja uma caixa fechada e uniformizada, mas uma verdadeira caixa de Pandora.

Devemos buscar uma educação do desejo de conhecer, de informar, de respeitar, de valorizar, de aproximar culturas diferentes, de diminuir discriminações e de acrescentar afetos onde há ódios. Para muitos, essa proposta parece utópica e distante da realidade da educação brasileira. Mas os educadores que desejam, trabalham para realizar utopias, porque entendem que educar é caminhar, é seguir sempre em busca das possibilidades, é substituir certezas e teorias deterministas pela dúvida criativa que impulsiona o conhecimento aberto e livre. (Freire, 1996)

Para Edgar Morin (2001), a educação do futuro; para nós, a educação do desejo está centrada na contextualização e integração dos saberes – que deve se preocupar em criar estratégias que permitam enfrentar o inesperado, o imprevisto.

Com as modificações na produção historiográfica, surgiram novos conceitos, objetos, problemas, abordagens, e as fontes ganharam dimensões mais amplas, permitindo que a mão do historiador desenhasse textos diversos, com personagens e lugares antes inimagináveis. A história hoje é multicolor: são negros, mulheres, índios que passaram a fazer parte do interesse de Clio; os métodos e os conceitos, antes monocromáticos, agora são policromáticos, com várias possibilidades de se escrever/colorir um mesmo acontecimento.

O desejo agora é por conhecer culturas diversas, por isso estamos a procurá-las em todos os lugares onde pode haver vestígios de história: nos álbuns de fotografias, nas cartas de amor, nos diários secretos das mulheres da década de 1950, nas notícias de jornais, nas pinturas rupestres de São Raimundo Nonato, no sul do Piauí, nas vozes e nos gestos que contam histórias de infância.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, PCNs (1997:35), apresentam uma série de questões que envolvem a construção de uma Educação para o nosso tempo, por isso, a

incorporação no ensino de História de temas que envolvem a vida coletiva nacional, regional e global: cidadania, ética, diferenças culturais e étnicas, identidade nacional e patrimônio cultural.

Ao compreendermos que a História é um instrumento de reflexão sobre nós mesmos, não faz mais sentido um ensino centrado apenas nos conteúdos de forma exclusivamente informativa. O desafio para o ensino de História é selecionar os conteúdos com a finalidade que se deseja alcançar: saber, saber fazer e saber ser.

O professor deve selecionar os conteúdos de acordo com o diagnóstico que faz dos conhecimentos, domínios e atitudes dos alunos, além de considerar as questões contemporâneas pertinentes à realidade social, econômica, política e cultural.

Pensar o ensino dessa forma é permitir que a História do Piauí, por exemplo, seja discutida e relacionada com a história nacional e global, como também possibilita incluir sujeitos sociais diversos (vaqueiros, nordestinos, índios, posseiros, pracinhas, etc.) e questões históricas que não são abordadas pelos conteúdos estruturados de forma tradicional. A proposta é utilizar os conteúdos não como fim, mas como pretexto para pensar o local, para desnaturalizar conceitos e construir novos discursos sobre o que é ser piauiense em uma sociedade cada vez mais globalizada. Os educadores buscam métodos, procedimentos, estratégias e abordagens que permitam uma aprendizagem para a vida e que possibilite aos alunos pensar criticamente o mundo, sabendo se posicionar diante de várias situações-problemas.

As novas estratégias educacionais criam duas possibilidades que são fundamentais para o tipo de ensino de História que propomos: capacitar o aluno para entender e analisar vários tipos de linguagens: escrita, computacional, audiovisual e imagética; e incluir no cotidiano da sala de aula o hábito, o gosto pela pesquisa, motivando os alunos a produzirem conhecimentos a partir da investigação.

É preciso estruturar atividades de forma a incentivar a reflexão sobre a realidade dos alunos, comparando-a com outras realidades, em outros tempos e espaços, a fim de identificar as relações entre o particular e o geral, o local e o global; é preciso perceber as diferenças e as semelhanças, as continuidades, as discontinuidades, os conflitos, as contradições e as transformações, para que (eles) possam compreendê-la, identificar problemas, manifestar opiniões, elaborar conclusões, propor e desenvolver ações, participando, assim, como sujeitos ativos do processo de construção de conhecimento.

A partir dessas reflexões, elegemos o patrimônio cultural como temática para pensarmos o ensino de História. Os PCNs incluem como temas transversais: ética, meio ambiente, saúde,

pluralidade cultural e orientação sexual. Apresentam possibilidades temáticas diversas e apontam para questões recorrentes na sociedade atual. Portanto, trazer para discussão com os alunos o tema patrimônio cultural brasileiro é fazê-los reconhecer e respeitar a diversidade cultural dos povos e de sua própria localidade. Temáticas relacionadas ao patrimônio cultural podem ser significativas para se pensar a cultura local.

O ensino de História permite o desenvolvimento de ações educativas, que envolvam diretamente a rede escolar, e, indiretamente, as organizações da comunidade local, as famílias, as empresas e as autoridades responsáveis. Ações dessa natureza contemplam bens de natureza tangível e intangível, material e imaterial e permitem a valorização do conhecimento e do aprendizado na educação formal e informal. É preciso refletir sobre a possibilidade de inserir a temática do patrimônio cultural nos currículos e disciplinas do sistema formal de ensino, ou ainda pensar em ações que sirvam de instrumento de motivação, individual e coletiva, que despertem para a prática da cidadania e para o estabelecimento de um diálogo enriquecedor entre as gerações.

O professor deve elaborar um diagnóstico de realidade e levantar questionamentos: como uma comunidade pode valorizar o patrimônio cultural sem conhecer a sua importância, sem se orgulhar de sua memória, de sua história e de suas referências culturais?

Nesse sentido, acreditamos que o envolvimento direto de professores na exploração de temáticas relacionadas ao Patrimônio Cultural em suas atividades pedagógicas cotidianas pode ser um caminho possível. É preciso que os educadores conheçam as metodologias de educação patrimonial, que têm como princípio básico a experiência direta dos bens e fenômenos culturais.

O patrimônio cultural não pode ser considerado somente como um conjunto de bens móveis e imóveis, que representam a memória de uma nação e seja protegido por leis e instituições em nível governamental, mas, para além disso, caracteriza-se por tantas outras formas de expressão cultural de uma região.

A herança imaterial de uma localidade se manifesta na interação que a comunidade tem com o ambiente, com a natureza e com as condições de sua existência. O patrimônio cultural deve ser a alma de uma localidade, expressa através de *saberes*, lugares, *celebrações* e *formas de expressão*, visíveis no artesanato, nas maneiras e modos do fazer cotidiano da comunidade: culinária, danças, músicas, rituais, festas religiosas, populares, etc. É preciso que as pessoas participem do processo de construção e de enraizamento, que aprendam a respeitar e conservar o patrimônio cultural da região, sob pena de perderem a identidade (Gonçalves, 2002). É preciso envolver a comunidade em ações de natureza educativa para se construir

uma postura crítica, consciente, mas, acima de tudo, ativa no desenvolvimento e vivência de ações cidadãs.

As temáticas ligadas ao patrimônio cultural são pouco tratadas nas escolas, estão ausentes e distantes da maioria da população brasileira. Mas é preciso pensar a Educação Patrimonial como um instrumento importante na construção de ações e práticas de reconhecimento, valorização, preservação e conservação do patrimônio cultural de uma determinada região, por possibilitar a interpretação dos bens culturais, tornando-os um instrumento de promoção e vivência da cidadania.

Sugerimos aos professores de História que realizem oficinas com os alunos das séries iniciais do ensino fundamental, utilizando uma metodologia de educação patrimonial, que seja eficiente no que se refere à disseminação da compreensão e valorização do Patrimônio Cultural. Nas oficinas, a experiência dos facilitadores (professores) pode ser enriquecida pela contribuição de cada aluno em seus diferentes contextos. Sugerimos uma metodologia que privilegie o diálogo com a comunidade local, formando sujeitos capazes de promover o reencontro da comunidade com ela mesma, com seus valores e com suas tradições culturais. Reconhecemos que só uma ação dialógica permite uma ação coerente e voltada para o crescimento e despertar da comunidade, pela interação, troca e confiança estabelecida entre alunos, professores e família. Nessas oficinas, alunos, professores e pais podem fazer o registro de vivências, saberes, experiências e práticas, para compor um material de apoio didático-pedagógico construído ao longo do trabalho para futuro uso pelos professores em sala de aula e na comunidade. A construção de um vídeo-registro e de um guia impresso de educação patrimonial produzido por professores e alunos poderá servir futuramente como material de apoio didático para multiplicação de ações de educação patrimonial com outros professores, alunos e com a comunidade em geral.

Acreditamos que essas ações permitem aos professores (facilitadores) disseminar a noção de patrimônio cultural de modo a contribuir para a sua compreensão, reconhecimento, valorização e preservação da cultura e identidades locais, além de tornar o tema patrimônio cultural mais conhecido na comunidade, incorporando a temática como elemento efetivo do currículo e não apenas como tema ilustrativo; é possível que essas ações colaborem na recuperação da memória coletiva, da auto-estima, do desenvolvimento local e para o encontro de soluções inovadoras de preservação do patrimônio cultural.

É preciso deixar claro que o facilitador, ao privilegiar uma metodologia possível de educação patrimonial, não deve ter a pretensão de apresentar roteiros metodológicos fixos e definitivos, mas ser capaz de dialogar com os alunos, o que permitirá a construção, desde o

início do trabalho, de uma responsabilidade mútua entre o público-alvo (alunos e pais de alunos) e os facilitadores.

Esses facilitadores devem construir com os alunos o registro das atividades ao longo das oficinas, o que pode permitir a produção, em processo, de um material didático de apoio em forma impressa, um guia de educação patrimonial e de um vídeo participativo, para as futuras atividades cotidianas do professor (facilitador) em sala de aula e na comunidade.

Sugerimos que, ao longo das oficinas, sob a orientação dos professores, se construam conceitos, roteiros de passeios pela cidade, a partir de patrimônios culturais indicados pelos alunos. O que apontamos é uma possibilidade de trabalho com o ensino de História, em que os educadores colaborem para a compreensão, valorização e preservação dos aspectos ligados ao patrimônio material e imaterial por meio de uma metodologia de educação patrimonial a ser desenvolvida em suas escolas, tornando os alunos e os pais de alunos multiplicadores em questões referentes ao Patrimônio Cultural, colaborando, assim, para a valorização e preservação da história, memória e cultura local.

As oficinas podem ter como mote norteador o patrimônio cultural local e permitir que os alunos, futuros multiplicadores, fortaleçam as relações que mantêm com a sua herança cultural, criando uma atitude mais próxima com os bens culturais. As oficinas permitirão, ainda, que os alunos e pais de alunos reconheçam nos bens culturais locais aspectos de suas identidades e passem a perceber a sua responsabilidade com a valorização e preservação do Patrimônio, fortalecendo a cidadania e a inclusão social.

Ao longo das oficinas, as atividades devem ser orientadas e registradas em escrita convencional e em imagens (fotografias e vídeos) de modo a se construir um Guia impresso de educação patrimonial e um registro audiovisual. O guia impresso deve conter, além de informações sobre os bens culturais locais, orientações didáticas para trabalho pedagógico em sala de aula com o tema Patrimônio Cultural.

Entendemos que a escola não pode servir como mera reprodutora de conteúdos, dissociados da realidade dos educandos. Desse modo, os conteúdos devem estar em consonância com as questões sociais e culturais recorrentes no cotidiano, ou seja, “[...] os alunos devem aprender mais do que conteúdos e incorporar a reflexão crítica” (Karnal, 2003:63).

A instituição escolar tem que “[...] desenvolver um projeto de educação comprometido com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la” (PCNs, 1997:27). Portanto, ela deve contribuir para a formação de cidadão críticos, que elaborem seus próprios conceitos e sejam capazes de refletir livremente.



Nesse sentido, o ensino de História atua com o objetivo de “[...] orientar o aluno a desenvolver uma leitura crescentemente objetiva da realidade social. Esta leitura deverá ser, necessariamente, mediada pelos conceitos das ciências sociais” (Nikitiuk, 2004: 55). Deve-se refletir também sobre o conhecimento histórico que objetiva “[...] a compreensão dos processos e dos sujeitos históricos, o desvendamento das relações que se estabelecem entre os grupos humanos em diferentes tempos e espaços” (Karnal, 2003:42). O ensino de História e os conhecimentos históricos propõem uma reflexão sobre os diferentes tempos e relação com os grupos humanos.

Assim, a partir do ensino de História, é possível se desenvolver uma temática transversal e interdisciplinar no âmbito escolar, elegendo como tema o Patrimônio e as Referências Culturais. A transversalidade e a interdisciplinaridade apontam para mudanças nas práticas pedagógicas, rompendo, assim, com a limitação dos professores e das atividades formais.

Nesse sentido, é importante destacar o Patrimônio e as Referências Culturais, propondo aos professores uma reflexão sobre a importância dessas temáticas por meio de metodologias de Educação Patrimonial, inserindo-as nos currículos escolares, como forma de desenvolvimento da prática de reconhecimento, valorização, conservação e divulgação do Patrimônio Histórico-Cultural. A educação patrimonial é elemento a ser considerado no processo de salvaguarda das referências culturais. É preciso que os educadores assumam esse compromisso e criem possibilidades de trabalhos teóricos e de campo para auxiliar a comunidade no processo de interlocução com a memória, com os lugares de memória, com a história local. É preciso despertar as populações para a percepção e valorização de lugares, saberes, celebrações, por meio de apreensões visuais dos bens da comunidade. A educação patrimonial poder ser um instrumento pedagógico interessante no ensino formal e não-formal; além de ser um instrumento de inclusão e cidadania, na medida em que as pessoas forem sensibilizadas para a autoleitura e a autoconscientização.

## REFERÊNCIAS

- BARROS, José D’Assunção. 2005. *O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. 2002. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales. 1929-1989*. 1991. A revolução francesa da historiografia. 2. ed. São Paulo: UNESP.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 1996. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra. (Coleção Leitura).

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda*. 2002. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ:Ministério da Cultura:IPHAN.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN:Museu Imperial, 1999.
- KARNAL, Leandro, (org.). 2003. *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto.
- LONDRES, Cecília. 2000. “Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio”. In: *Inventário nacional de referências culturais*. Manual de Aplicação. Brasília, DF: IPHAN-Minc, p. 119-134.
- MORIN, Edgar. 2001. *A cabeça bem-feita*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- NIKITIUK, Sônia M. Leite (org.). 2004. *Repensando o ensino de história*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: apresentação dos temas transversais ética/ Secretaria de Educação Fundamental. 1997. Brasília: MEC-SEF.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC-SEF. 1997.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: pluralidade cultural/ Secretaria de Educação Fundamental. 1997. Brasília: MEC-SEF.
- PINSKI, Carla (org.) *Fontes históricas*. 2006. São Paulo: Contexto.
- PINHEIRO, Áurea da Paz. *As tensões entre clericais e anticlericais no Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Passos de Oeiras*. Documentário Etnográfico. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular/Associação Cultural de Amigos do Museu de Folclore Edison Carneiro/Minc/IPHAN/Petrobrás, 2008.
- \_\_\_\_\_. *INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais – Arte Santeira do Piauí*. Teresina: Ministério da Cultura/IPHAN, 2008.
- PINHEIRO, Áurea; MOURA, Cássia. *Congos: ritmo e devoção*. Documentário Etnográfico. Brasília, DF. Programa Monumenta/Iphan, Ministério da Cultura, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Unesco. 2009.
- \_\_\_\_\_. *Celebrações*. Teresina: Educar: artes e ofícios. Brasília, DF. Programa Monumenta/Iphan, Ministério da Cultura, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Unesco. 2009.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. 1989. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15.
- \_\_\_\_\_. Memória e identidade social. 1992. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 5, n. 10, p. 200-215.